

## APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA LEITURA\*

---

---

Cláudio DeNípoti\*\*

### RESUMO:

Este artigo busca revisar alguns dos caminhos percorridos por historiadores preocupados com a história da leitura, mostrando alguns resultados de suas pesquisas, bem como conclusões parciais desses autores quanto às formas da leitura e do ensino da leitura no passado.

### UNITERMOS:

história da leitura; historiografia.

Grande parte das atividades cotidianas corriqueiras, principalmente aquelas mais insuspeitas de terem sido *inventadas* e que, portanto, não merecem maiores considerações por parte dos historiadores, têm se mostrado um campo fértil de análise histórica. Dessa forma, a historicidade do amor pelos filhos, da paixão pelos balneários, e das atividades relacionadas à vida privada já foram descritas em trabalhos consagrados. (BADINTER, 1985; ARIÈS; DUBY, 1991; CORBIN, 1989).

De modo idêntico, uma das atividades hoje considerada das mais banais, ainda que permanecendo restrita à casta dos alfabetizados (divisão imposta por sua própria existência) teve sua história, se não menosprezada, no mínimo negligenciada, pela historiografia brasileira recente. A leitura – a capacidade de reconhecer símbolos alfabéticos e também o hábito de fazê-lo regularmente – tem a sua história intimamente relacionada com

---

\* Originalmente publicado em *História e Ensino*, v. 2, p. 81-91, 1996.

\*\* Professor do Departamento de História/UEPG – Ponta Grossa-PR.

a história do mundo *como a conhecemos*, já que, antes dos meios de transmissão do conhecimento da era da eletricidade surgirem, a leitura fora a única forma dessa transmissão para além da tradição oral, da qual sente falta Walter Benjamin em seu *narrado*<sup>1</sup> (BENJAMIN, 1986).

A leitura passa a ser vista como um objeto possível da história, em particular da história cultural, e tanto a leitura quanto sua história podem ser vistas sob diferentes prismas. Ainda que tenhamos mais dúvidas que certezas quanto aos processos neurológicos envolvidos no ato de ler, há uma imensa carga cultural no desenvolver-se da leitura, que acompanha, *pari passu*, a própria história da cultura no Ocidente<sup>2</sup>.

Neste artigo, procuraremos ver como alguns historiadores trataram a leitura como objeto de pesquisa e análise, utilizando-se de diversas abordagens, que vão da lingüística à história quantitativa, da crítica literária à antropologia cultural, confrontando os diversos momentos históricos e sociedades com as diferentes formas de leitura que foram desenvolvidas. Se tomarmos, por exemplo, o caso da Grécia Antiga, a leitura era designada por palavras que significavam tanto o ato de reconhecer quanto falar. Assim,

---

<sup>1</sup> Para Benjamin, há dois tipos de narrador, *que se interpenetram de múltiplas maneira*, o narrador espacial, o viajante, que vê o mundo exótico, fora do local de origem (e quanto mais nos distanciamos no tempo, mais próximo está o exótico), e o *homem que ganhou honestamente sua vida sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições*. Os exemplos desses narradores são, respectivamente, o marinheiro comerciante e o camponês sedentário. (BENJAMIN, 1986, p. 199).

<sup>2</sup> Evitarei aventurar-me sobre as diversas formas de leitura dos ideogramas orientais (chineses ou japoneses) e a leitura para além da tradição ocidental. Sobre o processo de memorização que caracteriza a cultura chinesa e sua escrita, ver Spence (1986).

mesmo o leitor solitário [...] não [era] silencioso: ele provavelmente [lia] à meia voz, o que [reduzia] as distâncias entre a leitura individual e a leitura coletiva. Jamais se [lia] unicamente com os olhos; mesmo nas bibliotecas, onde o ruído deveria ser insuportável. Mesmo quando se [estava] completamente só, como vemos na comédia quando aquele que recebia uma carta, a [lia] alto não somente porque [era] necessário informar o público, mas também porque [era] o costume (CANFORA, 1989a, p. 927).

Há porém, um grande fosso entre ser capaz de *reconhecer* sinais alfabéticos e ler livros ou opúsculos mais ou menos longos. Ainda que os livros fossem objetos de *circulação limitada* na antigüidade grega, havia uma crescente preocupação com a formação de bibliotecas – como a de Alexandria (CANFORA, 1989b). Nas palavras de Políbio, “se quiseres escrever a história sem perigos ou fadigas, tens de instalar-te em uma cidade bem dotada de livros ou em qualquer lugar vizinho a uma biblioteca” (CANFORA, 1989a, p. 931).

O fenômeno da criação de bibliotecas contudo, não criara ao seu redor, nem na Grécia, nem em Roma, um *universo de leitores*. Em Atenas, segundo Aristóteles, apesar da circulação limitada de livros, a maioria dos atenienses, ainda que alfabetizada rudimentarmente, só se utilizava desse conhecimento para os negócios e “para a administração do patrimônio e para a política” (CANFORA, 1989a, p. 930). Em Roma, a moda de grandes bibliotecas particulares iniciada por Silas e Lúculo no início do Império, também não significava uma generalização do hábito da leitura. A biblioteca de Lúculo continha essencialmente obras clássicas gregas, acessíveis somente aos eruditos romanos bilíngües, como Cícero e o próprio Lúculo.

Eventualmente, próximo do fim do Império, essas bibliotecas particulares passaram a ser um aspecto decorativo do *domus* de alguns cidadãos romanos que, apesar do esforço – capitaneado por Cícero – de tradução para o latim dos clássicos, não tinham o hábito de ler. Sêneca e Plínio, o moço,

lamentavam a decadência do interesse pela leitura, tanto individual (nas bibliotecas particulares), quanto as leituras públicas, realizadas nos palácios e nas bibliotecas, como a de Alexandria (CANFORA, 1989a, p. 936).

Podemos considerar aqui o quanto a leitura na antigüidade diferia do que entendemos por este termo se analisarmos, juntamente com Robert Darnton, a *Ars Amatória* (Arte de amar) de Ovídio. Nesta, recomenda-se à mulher apaixonada que deseja fazer chegar uma carta a seu amante, que se utilize de vários meios, inclusive, caso; “seu guardião possa ver através de todos estes estratagemas, faça então com que sua confidente [uma criada, por exemplo] ofereça costas em lugar das placas e deixe que seu corpo se transforme em uma carta viva”. Do que Darnton conclui: “Espera-se que o amante dispa a criada e leia seu corpo – não exatamente o tipo de comunicação que associamos hoje em dia a uma carta de amor”. (1989, p. 200).

Com o cristianismo, houve uma maior democratização da leitura no Império Romano (próxima àquela sonhada por utopistas atenienses muito tempo antes). Porém, essa alfabetização – não intencional, no sentido que não fora conduzida pelos sábios e estudiosos – estava intrinsecamente ligada à difusão do Novo-Testamento, sendo considerada até mesmo perigosa, já que os leitores agora não eram apenas os cidadãos, mas qualquer pessoa, inclusive “colonos, camponeses e bárbaros” (CANFORA, 1989a, 936).

Assim, existe uma íntima conexão entre a difusão da leitura e aquela do Novo Testamento, no período de transição entre a antigüidade e a Idade Média, que possibilita com a que leitura, e suas conseqüências, como a alfabetização e a difusão do comércio e produção de livros. A religião cristã passa a fornecer o principal elemento de coesão para a leitura ocidental.

Foi em virtude do cristianismo que, durante a Idade Média, as técnicas pedagógicas de ensino da leitura se multiplicaram. A história da leitura nesse período é possibilitada pelo que remanesceu

dessas técnicas. O ensino da leitura era feito visando principalmente as orações e os textos religiosos, sendo as bibliotecas mantidas quase que exclusivamente nos mosteiros. Às crianças do medievo, buscava-se ensinar o alfabeto através de tábuas, de micrografias, de bordados ou de utensílios domésticos nos quais se apresentavam as letras. A disposição destas em seqüências lineares, horizontais, verticais ou circulares, permitia que se efetuasse um aprendizado precoce da leitura. Buscava-se a identificação com as escrituras sagradas, fosse associando-se o alfabeto aos dez mandamentos, fosse através de uma pedagogia que se equiparasse temporalmente à criação. Por exemplo:

segundo a *Civile Honesteté des Enfants*, publicada em Paris em 1560, [...] o primeiro dia [de ensino] era consagrado ao aprendizado das letras de 'a' a 'd' – de onde a palavra 'abecedário'. No segundo dia, eram ensinadas as letras de 'e' a 'h'; no terceiro, as letras de 'i' a 'm'; no quarto, as letras de 'n' a 'q'; no quinto, 'r' a 't'; no sexto, 'u' a 'z'; e no sétimo dia, 'deve-se rever todas as letras reunidas' (ALEXANDRE-BIDON, 1989, p. 967).

Mas, também durante a Idade Média, a leitura era indissociável da palavra – e da repetição – particularmente no início do aprendizado, seguindo um dos textos mais utilizados no processo de ensino: o verso “Domine, labia mea aperies [...], que significa, Senhor, abre meus lábios, [e minha boca publicará tuas palavras]” (ALEXANDRE-BIDON, 1989, p. 988).

Concomitantemente, o material que passa a ser oferecido à leitura foi radicalmente ampliado a partir de fins do século XV, com a invenção da imprensa por tipos móveis que, ao contrário das cópias manuscritas, facilitava a produção de grande número de exemplares de uma mesma obra, diminuindo também os custos de fabricação do livro e, portanto, seu preço final. Para dar uma idéia da amplitude desse processo, de “30.000 a 35.000 impressões diferentes [das que foram] executadas entre 1450 e 1500

chegaram até nós, representando cerca de 10.000 a 15.000 textos diferentes. Muito mais, talvez, se levássemos em conta impressões desaparecidas” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 356).

Porém, não foi Gutemberg quem de fato revolucionou a leitura no Ocidente, já que, ao menos inicialmente, a prensa de tipos móveis não provocou nenhuma grande revolução na forma do livro ou no modo de leitura. As mudanças de forma, do rolo (*volumen*) para o livro organizado em páginas costuradas (*códex*), os sinais identificadores de páginas, as notas de rodapés, todos precederam a invenção da prensa (CHARTIER, 1988, p. 16-18).

A grande revolução da leitura localiza-se, segundo Roger Chartier, a partir do século IX, nos mosteiros, e a partir do século XIII, nas universidades européias e a daí para a sociedade leiga. Em essência, é a leitura silenciosa a grande mudança no modo de ler que Chartier identifica como revolucionária:

A leitura silenciosa de fato estabelece um relacionamento mais livre, mais secreto e totalmente privado com a palavra escrita. Permite uma leitura mais rápida, que não é impelida pelas complexidades da organização do livro e as relações estabelecidas entre o discurso e as glosas, as citações e os comentários, o texto e o índice. Também permite usos diferenciados do mesmo livro: dado o contexto ritual ou social, ele pode ser lido alto para ou com outras pessoas, ou pode ser lido silenciosamente para si mesmo no abrigo do estúdio, da biblioteca ou do oratório (CHARTIER, 1988, p. 18-19).

Assim, para Chartier, “a revolução na leitura precedeu a revolução no livro”. Esta última, substituiu, em princípios da Idade Moderna, o livro manuscrito pelo livro impresso, composto com tipos móveis. E há ainda uma outra revolução anterior, aquela que substituiu o rolo de leitura pelo *códex*, tenha sido igualmente importante, mesmo se “legitimamente imaginemos que a nova forma dada à palavra escrita foi trazida à tona por

uma nova forma de leitura nas comunidades cristãs” (CHARTIER, 1988, p. 19).

Desta forma, a leitura passara a ser uma atividade comum a uma fatia mais ampla da sociedade, fosse porque mais pessoas alfabetizadas – particularmente após a laicização do ensino iniciada na Revolução Francesa – passaram a ter possibilidades de adquirir livros, fosse porque a leitura, até fins do século XVIII, era muitas vezes a leitura pública, com “dez leitores reunidos em torno do texto lido em voz alta: a ‘leitura’ é aqui a audição de uma palavra leitora” (CHARTIER, 1990, p. 124).

Acompanhando as pesquisas de Rolf Engelsing e David Hall, que chegaram a um modelo geral da leitura através de pesquisas independentes, podemos pensar o século XVIII como o de uma *revolução* na leitura. Da Idade Média até aproximadamente 1750, havia uma forma **intensiva** de se ler alguns livros – a Bíblia, alguns almanaques e catecismos – *várias e várias vezes, em voz alta e em grupos*. Depois de 1800, na Europa, estudada por Engelsing, lia-se **“extensivamente, todo o tipo de material, especialmente periódicos e jornais [...] apenas uma vez, correndo para o item seguinte”**. No caso da Nova Inglaterra, estudada por David Hall, há uma inundação de novos tipos de livros – *“novelas, jornais, variedades recentes e alegres de literatura infantil”* – que eram lidos *“avidamente, descartando uma coisa, assim que podiam encontrar outra”* (DARNTON, 1989, p. 212-13).

As chaves para essa cultura são dadas pela descrição que um mercador de Boston elabora com relação a um livro sobre a santa ceia, de sua autoria, deixado em herança para seu filho. “Era um livro fino e pequeno, encadernado em couro, escrito por minha própria mão, o qual considero mais precioso que ouro, e que eu li e reli, creio, centenas e centenas de vezes [...] Deixo-o a ele e espero que ele nunca se desfaça [do livro] enquanto viver. Quais são, portanto, essas chaves: “um modo de ler que envolvia **reler** certos textos – não uma ou

duas vezes, mas ‘centenas e centenas de vezes’; uma aura do livro como supremamente ‘precioso’ porque continha o dom da vida; o alto significado da alfabetização porque fornecia acesso a esse dom; o parentesco entre leitura, devoção e os sacramentos” (HALL, 1989, p. 42).

Essa dualidade de formas pode ser vista no Dom Quixote, de Cervantes, quando Sancho decide contar histórias para seu amo para passar o tempo. Sua narrativa entrecortada por repetições e histórias paralelas, comentários e digressões, projetam o “narrador na história e remetem à situação de momento” (CHARTIER, 1992, p. 217). Tal forma de narrar irritou D. Quixote, habituado ao fluxo dos livros que “lia até o ponto de desvairado excesso” (CHARTIER, 1992, p. 218). Ele queria que a narrativa de Sancho fosse feita conforme as regras da escrita linear, objetiva e hierárquica. “A distância entre essas duas perspectivas de um leitor e a prática oral, da forma como Sancho a aprendeu, [era] intransponível”. (CHARTIER, 1992, p. 218).

O contato com a leitura era, portanto, para uma grande parcela da população, mediado por um *leitor* público, que se utilizava, no mais das vezes, de recursos típicos da tradição oral para tornar um livro interessante a seus ouvintes. Para tanto, se utilizavam também de vulgarizações de obras clássicas medievais (conhecidas na França como *Bibliothèque Bleue*<sup>3</sup>) organizadas pelos editores de forma a tornarem-se mais próximas da narrativa

---

<sup>3</sup> A *Bibliothèque Bleue* tinha esse nome devido às capas azuis, padronizadas para baratear o custo da edição. Continha títulos clássicos medievais simplificados, e histórias de fácil aceitação popular. “Essa fórmula editorial, inventada pelos Oudot, em Troyes, no século XVII – que faz circular pelo reino livros de baixo preço, impressos em grande número e divulgados através da venda ambulante – conhece seu apogeu entre a época de Luís XIV e aquela em que os amigos de Gregório constatam seu êxito. Nesse período, aumenta o número de editores de Troyes especializados no gênero, o repertório dos textos passados deste modo a livros cresce consideravelmente e a sua difusão atinge um público cada vez maior”. (CHARTIER, 1990, p. 165).



oral à qual os leitores a quem as obras eram destinadas estavam habituados (CHARTIER, 1990, p. 129).

Essa leitura popular realizava-se sob a forma de uma reunião, ao redor do fogo, na *veillée*<sup>4</sup> ou na oficina de trabalho, enquanto as pessoas exerciam outras atividades. Um dentre eles que dominasse os rudimentos da leitura entretinha a todos com as aventuras contidas nesses livros, em muito semelhantes à literatura de cordel. (DARNTON, 1989, p. 215).

As colônias da Nova Inglaterra, nos séculos XVI e XVII foram, talvez, o *local* por excelência da manifestação da capacidade de leitura como elemento de coesão social e emancipação. Os colonos puritanos, baseados na premissa protestante de que cada cristão deveria ter livre acesso à leitura da Bíblia, construíram todo seu universo social e cultural sobre essa prerrogativa. Contudo, essa leitura era bastante diferente daquilo que hoje entendemos como o ato de ler. Primeiramente, sendo a Bíblia o parâmetro máximo de leitura, ao mesmo tempo em que era *a* palavra de Deus – ou seja, a verdade absoluta e incontestável – o texto escrito tendia a ser visto sob essa mesma aura de verdade. Nesse sentido, os escritores da Nova Inglaterra buscavam evocar para os livros que escreviam “a aura da Palavra, para que os leitores respondessem a seus livros como se fossem tão sagrados quanto a Bíblia” (HALL, 1989, p. 29). Ainda, a leitura – aprendida bastante cedo, entre os três e quatro anos – era resultado de “um processo de instrução que começava ouvindo-se os outros lerem em voz alta e memorizando-se certos textos” (HALL, 1989, p. 29). O aprendizado era também realizado dentro do domicílio, tendo as mães como instrutoras ou, no máximo, professoras informais,

---

<sup>4</sup> Reunião noturna, em celeiros e estábulos, principalmente durante o inverno, onde realizavam-se tarefas conjuntas e onde os jovens faziam a corte, enquanto os mais velhos conversavam e liam.

donas das *dame schools*<sup>5</sup>, que ensinavam aos filhos de outras mulheres da mesma forma que a seus filhos. Esse aprendizado dava-se quase que invariavelmente a partir da Bíblia – particularmente o livro dos salmos – e de catecismos. A técnica mais empregada era a de repetir em voz alta, visando a memorização. Esse procedimento “significava que as crianças estavam recitando de memória antes de compreenderem – ou em qualquer sentido real, lerem – os textos em sua frente” (HALL, 1989, p. 37). O uso de textos religiosos, por sua vez, implicava em uma inseparável conexão entre a leitura e a religião. Esses textos sagrados, lidos em voz alta e congruentes com a tradição vernácula protestante de que a leitura das escrituras era a escuta e a visão da Palavra Divina, levavam a que a intermediação humana no processo de leitura fosse negada.

O que podemos verificar, nos estudos sobre a leitura no passado, é que há uma riqueza muito grande de fontes e possibilidades que, ao serem estudadas, permitem o acesso a diferenças culturais no tempo. Embora se tenha buscado um modelo de como a leitura era feita, mesmo essas situações modelares eram permeadas por nuances variadas. Nas palavras de Robert Darnton,

a leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda, simplesmente, para se divertir (DARNTON, 1989, p. 212).

---

<sup>5</sup>Escolas mantidas por mulheres, em suas próprias casas. Geralmente eram mulheres cujos filhos já haviam crescido, que se dedicavam a alfabetizar outras crianças da cidade ou região. (HALL, 1989, p. 34-6).

A história da leitura, nas formas que os historiadores acima buscaram escrevê-la, é a busca por essas diferenças e suas implicações nas sociedades que as forjaram culturalmente.

## Referências

ABREU, M. (Org.) *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ALEXANDRE-BIDON, D. La lettre volée; apprendre a lire a l'enfant au moyen age. *Annales E.S.C.*, 44 aneé, n.4, p. 953-993, Jul./Aut. 1989a.

ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.) *História da vida privada; da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BADINTER, E. *Um amor conquistado; o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, W. O narrador, considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 197-221.

CANFORA, L. Lire a Athènes et a Rome. *Annales E.S.C.* 44 aneé, n.4, p. 925-937, Jul./Aut., 1989a.

\_\_\_\_\_. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

CHARTIER, R. *Frenchness in the History of the book; from the history of publishing to the history of reading*. Worchester: American Antiquarian Society, 1988.

\_\_\_\_\_. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.

CORBIN, A. *O território do vazio; a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, R. História da Leitura: In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1989, p.199-236.

\_\_\_\_\_. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Hucitec, 1992.

HALL, D. D. *Worlds of wonder, days of judgment; popular religious belief in early New England*. New York: Knopf, 1989.

SPENCE, J. *O palácio da memória de Matteo Ricci; a história de uma viagem: da Europa da contra-reforma à China da dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

---

---

ABSTRACT:

This article looks for the revision of some of the ways went through by historians concerned with reading history, showing some results of their research, as well as these authors' partial conclusions with relationship to the forms of reading and reading teaching in the past.

KEY WORDS:

history of the reading; historiography.